

RESUMO - GT3: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS NA CIDADE: PRÁTICAS E
REINVENÇÕES DA DEMOCRACIA URBANA

**BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS COMO ESPAÇOS PARTICIPATIVOS DE
DEMOCRACIA URBANA: A EXPERIÊNCIA DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
MARIA BEATRIZ NASCIMENTO**

Shirley Dos Santos Ferreira (shirleybiblio@yahoo.com.br)

Valéria Aparecida Bari (valbari@gmail.com)

Vanderléa Nóbrega Azevedo Cortes (vanderleanobregaacortes@gmail.com)

As bibliotecas comunitárias desempenham papel fundamental na democratização do acesso à informação, na promoção da leitura pública e no fortalecimento de direitos sociais e culturais, especialmente em territórios vulneráveis onde políticas de infraestrutura são ausentes ou insuficientes. Esses espaços emergem como iniciativas autônomas de indivíduos, associações, instituições religiosas buscam suprir lacunas históricas de acesso a bens culturais e informacionais, como as bibliotecas, consolidando-se como equipamentos sociais de grande relevância para a construção da cidadania e do direito à cidade. Em contextos de desigualdade estrutural, as bibliotecas comunitárias transformam-se em infraestruturas sociais que qualificam o território, ampliam oportunidades educativas e fortalecem processos coletivos de participação. Ao contribuir para a formação leitora, para a preservação de memórias comunitárias e para a circulação de conhecimentos diversos, essas bibliotecas se alinham aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente os ODS 4, 10, 11 e 16,17. As bibliotecas comunitárias também atuam como dispositivos políticos ao promoverem o

protagonismo das comunidades e favorecerem o desenvolvimento local. Em territórios onde a presença do Estado é fragmentada ou onde o reconhecimento institucional ainda está em curso, tais iniciativas funcionam como mediadoras entre saberes formais e conhecimentos tradicionais, criando ambientes de convivência, aprendizagem e diálogo intercultural. Assim, tornam-se espaços capazes de fortalecer identidades coletivas, combater desigualdades informacionais e gerar novas formas de participação urbana, funcionando como arenas democráticas no nível local. É nesse contexto mais amplo que se insere a criação da Biblioteca Comunitária Maria Beatriz Nascimento, situada em um território em processo de reconhecimento e vinculada a um terreiro de candomblé, no Bairro Mangabeira, numa periferia de Nossa Senhora do Socorro- SE. A iniciativa nasce da necessidade de oferecer à comunidade um espaço de acesso à leitura, à cultura e ao conhecimento, ao mesmo tempo em que fortalece a memória afro-brasileira e as práticas socioculturais associadas às tradições de matriz africana. Por estar localizada em um espaço historicamente marginalizado, marcado pela ausência de equipamentos públicos de cultura e pela invisibilidade institucional, a biblioteca assume papel estratégico na qualificação do território e no fortalecimento comunitário. A implantação da Biblioteca Comunitária Maria Beatriz Nascimento dialoga diretamente com os princípios da Agenda 2030. O ODS 4 (Educação de Qualidade) é contemplado por meio da promoção da leitura, de práticas educativas e de alfabetização informacional; o ODS 10 (Redução das Desigualdades) manifesta-se no atendimento a uma população frequentemente excluída das políticas culturais; o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) é materializado na criação de um equipamento social autogerido que amplia o direito à cidade; e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) evidencia-se na promoção de um espaço de diálogo, inclusão e fortalecimento de vínculos comunitários. A experiência da criação da biblioteca nos revela, portanto, como iniciativas locais podem operar simultaneamente como espaços de leitura, de participação social e de afirmação cultural. Ao emergir de um território tradicional de matriz africana, a biblioteca amplia o alcance das bibliotecas comunitárias no cenário urbano, reafirmando sua importância na construção de cidades mais democráticas, plurais e socialmente sustentáveis.

Palavras-chave: bibliotecas comunitárias; participação social; territórios tradicionais; agenda 2030; democratização da informação.